

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano III - Nº 512 - Brasília, sexta-feira, 25 de julho de 1997



Antonio Carlos Magalhães destaca que prestigiou em todos os sentidos os trabalhos da CPI

Senado vota emenda na última semana

Na última semana da convocação extraordinária, o Senado aprovou, em primeiro turno, a proposta de emenda constitucional que estabelece o efeito vinculante de decisões do Supremo Tribunal Federal para todo o Poder Judiciário e a administração pública direta e indireta. Foram aprovadas também cinco autorizações de empréstimos. **Página 2**

Plenário aprova recursos para combate à pobreza

O Projeto de Apoio ao Desenvolvimento da Tecnologia Agropecuária poderá receber US\$ 60 milhões do Banco Mundial (Bird). A autorização para o empréstimo foi aprovada ontem pelo plenário do Senado, que acolheu também o pedido relativo a empréstimo de US\$ 39 milhões para financiamento parcial do Programa de Combate à Pobreza Rural em Pernambuco. Outro projeto aprovado autoriza Minas Gerais a financiar a execução do Programa Esgoto Sanitário nos municípios de Campo Belo e Andradás. **Página 3**

CCJ decidirá sobre CPI dos Precatórios

Modificações no relatório motivam recurso para que se defina versão final

O plenário do Senado aprovou ontem requerimento apresentado pelo senador Geraldo Melo e pelo PT para que se envie à CCJ recurso sobre a decisão da CPI dos Precatórios que modificou o relatório de Roberto Requião. O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, explicou que a CPI terá 48 horas, após a manifestação da CCJ, para se reunir e atender à recomendação da comissão. **Páginas 4 e 5**



O plenário da Comissão de Relações Exteriores analisou diversas matérias

CRE dá aval a acordo contra entorpecentes

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional aprovou o texto do acordo celebrado entre o Brasil e a África do Sul sobre cooperação no combate ao tráfico de entorpecentes. Também foram acolhidos o ingresso do Brasil no Comitê do Aço da OCDE, acordos com o Paraguai e a indicação de diplomatas. **Página 8**

BALANÇO



Todas as sessões foram concorridas durante a convocação extraordinária, no plenário do Senado

Efeito vinculante e empréstimos são destaques na última semana

Na última semana da convocação extraordinária, o Senado aprovou dia 23, em primeiro turno, proposta de emenda constitucional estabelecendo o efeito vinculante de decisões do Supremo Tribunal Federal para todo o Poder Judiciário e a administração pública, direta e indireta. Também foram aprovadas cinco autorizações de empréstimos.

A votação da emenda, em segundo turno, está prevista para a última quinzena de agosto, e depois de aprovada ela será remetida ao exame da Câmara dos Deputados. O plenário resolveu

que uma decisão do Supremo só terá efeito vinculante se for aprovada por maioria de dois terços, e quando houver manifestação expressa do tribunal nesse sentido.

Dos empréstimos autorizados pelo Senado, três são junto ao Bird - Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento: US\$ 39 milhões para o Programa de Combate à Pobreza Rural no Estado de Pernambuco; US\$ 60 milhões para o Projeto de Apoio ao Desenvolvimento da Tecnologia Agropecuária para o Brasil; e US\$ 90 milhões para o Projeto Piloto de Alívio à Pobre-

za e Reforma Agrária, da União. Os outros dois são de R\$ 1 milhão da CEF para saneamento, em Minas Gerais; e R\$ 23 milhões, em débitos previdenciários, para o mesmo estado.

Durante todo o período da convocação, iniciada em 1º de julho, realizaram-se 20 sessões, nas quais o plenário aprovou um total de 23 matérias: cinco projetos enviados à sanção, dois à Câmara, e mais: três mensagens relativas à escolha de autoridades e chefes de missões diplomáticas e uma emenda constitucional (em primeiro turno).

Suassuna enfatiza os aspectos sociais

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) disse ontem que as aprovações, pelo Senado, da proposta de emenda constitucional que estabelece efeito vinculante para decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), e, pela Câmara, do projeto de lei sobre penas alternativas à de prisão, são importantes contribuições que o Congresso deu à sociedade durante o período de convocação extraordinária, que se encerra hoje.

Suassuna defendeu a necessidade de que seja feita a distinção entre os crimes mais graves, como latrocínio e ho-

micídio doloso, e as infrações menores, como cheirar cola ou furtar pequenos objetos. Desse modo, entende o senador, as cadeias e penitenciárias terão diminuídas sua população carcerária e também deixarão de ser "verdadeiras universidades do crime, tanto para menores como para adultos".

Para o senador, a convocação extraordinária constituiu-se em um período de intenso trabalho. "É com verdadeira alegria que constatamos o alcance social das matérias que foram aprovadas", acentuou.

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

9h30 - Preside Sessão Não Deliberativa do Senado Federal

PLENÁRIO

9h30 - Encerramento dos trabalhos da 5ª Sessão Legislativa Extraordinária da 50ª Legislatura

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúcio Coelho

Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editores - Djálba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação - Sérgio Luiz, Wesley Carvalho e Osmar Miranda

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento,

Jane Araújo e Júlio Essuzy

Revisão - Lindolfo Amaral, Fernando Varela e João Ribeiro

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado

Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone: 0800-612211

Fax: (061) 311-3137 - Brasília - DF

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br

Comissões encerram trabalhos

A conclusão do exame do substitutivo do senador Beni Veras (PSDB-CE) à proposta de emenda à Constituição que reforma a Previdência Social e o encerramento dos trabalhos da CPI dos Precatórios marcaram as atividades das comissões esta semana.

Na quarta-feira foram

aprovadas nove alterações - três de redação - ao substitutivo de Beni Veras, sendo uma delas a de autoria do senador Roberto Freire (PPS-PE) determinando que a CPMF se destinará integral e permanentemente à Seguridade Social.

Na noite de quarta-feira, a CPI dos Precatórios deliberou sobre os votos

em separado apresentados por senadores, com o objetivo de modificar o relatório elaborado pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR). Presentes oito senadores, a CPI aprovou, por unanimidade, todas as propostas. A decisão será levada ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Projetos aprovados pelo plenário garantem crédito a programa de desenvolvimento da atividade agropecuária e a projeto de importância social executado pelo governo de Pernambuco

Tecnologia e combate à pobreza ganham recursos

Previdência está na pauta do dia 12

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, comunicou ontem que a reforma da Previdência Social começará a ser discutida pelo plenário, em primeiro turno, no dia 12 de agosto, uma terça-feira. A discussão será feita durante cinco sessões, quando a proposta voltará à CCJ para análise das emendas apresentadas em plenário.

Após a convocação extraordinária, que termina hoje, haverá votação no plenário do Senado no dia 5 de agosto, terça-feira. A primeira matéria de plenário no segundo semestre será um projeto de lei que autoriza o presidente da República a determinar uma restituição de bens.

No dia 6, quarta-feira, terá início a discussão de segundo turno da proposta de emenda constitucional que amplia o efeito vinculante, a qual poderá ser votada no dia 13, caso não haja emendas de redação.



Lobão: projeção internacional

Lobão elogia ex-diretor do Incor paulista

O senador Edison Lobão (PFL-MA) prestou homenagem ao professor Fulvio Pileggi, que deixou recentemente a direção do Instituto do Coração, de São Paulo, por ter atingido a idade compulsória, "coordenando um trabalho de equipe, com talento e liderança, e projetando o Incor além das nossas fronteiras".



Jonas Pinheiro: importância para a agropecuária



Roberto Freire: atenção de Pernambuco para o social

EFEITO VINCULANTE

Ronaldo: independência do juiz permanece intocada

O senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), autor da proposta de emenda constitucional sobre efeito vinculante, disse que a independência dos juizes permanece intocada no substitutivo aprovado pelo Senado, pois não haverá sanção para o magistrado que, em obediência à sua formação de valor, descumpra a decisão com efeito vinculante.

- Estou convencido de que a idéia, como uma nova cultura em nosso Direito, tenderá a concretizar-se com o tempo, como ocorreu com a súmula a



Ronaldo: fim do estrangulamento partir de sua concepção - salientou.

Ronaldo Cunha Lima esclareceu que "não apenas o Judi-

ciário deve seguimento às decisões do STF. Também a administração pública, origem da imensa maioria dos recursos que estrangulam os tribunais superiores, estará vinculada à obediência".

Ele informou que apresentará oportunamente projeto de lei dificultando recurso contra a sentença que tenha prestado decisão com efeito vinculante, assim como restringindo o efeito de tal recurso à situação meramente devolutiva, sem prejuízo de seu cumprimento imediato.

Josaphat: mecanismo abrange questões nacionais

O senador Josaphat Marinho (PFL-BA) manifestou a opinião de que o STF só declarará efeito vinculante "em certas questões que têm repercussão nacional ou que sejam suscetíveis de criar problemas de natureza geral".

- O efeito vinculante não será para decidir a respeito de leis estaduais nem de questões que só de raro em raro se dão nos diferentes estados da Federação - disse.

Conforme Josaphat Marinho, ao ampliar o efeito vinculante o Congresso procura um caminho que não estrangule a competência do STF e seja útil à coletividade.

de. "Neste momento, não estamos a proceder a uma reforma do Poder Judiciário; mas a buscar uma solução, entre outras, para obviar as dificuldades que empolgam o Judiciário com o acúmulo de processos", frisou.

O senador lembrou que tramine na Câmara projeto de reforma do Judiciário e, por isso, ele recomendou que os senadores não ampliassem a matéria, o que poderá ser feito na discussão da reforma ampla em início de apreciação.

Ontem, a presidência do Senado marcou para 6 de agosto o primeiro dia para discussão, em segundo turno, da

proposta de emenda constitucional sobre o efeito vinculante. Caso não sejam apresentadas emendas de redação, a matéria poderá ser votada no dia 13 de agosto. Se aprovada, será encaminhada à votação dos deputados.



Josaphat: só casos relevantes

Em sessão deliberativa extraordinária realizada na manhã de ontem, o Senado aprovou quatro projetos de resolução, entre eles o que autoriza a União a contrair empréstimo externo junto ao Banco Mundial (Bird), no valor de US\$ 60 milhões, destinado ao financiamento parcial do Projeto de Apoio ao Desenvolvimento da Tecnologia Agropecuária, a ser executado pelo Ministério da Agricultura e pela Embrapa.

O relator, senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), afirmou que "o projeto vem atender à necessidade de desenvolvimento tecnológico da atividade agropecuária, condição básica de sobrevivência na conjuntura atual, de queda de barreiras alfandegárias e de constituição de mercados globais dos produtos do setor".

Também foi aprovado projeto que autoriza operação de empréstimo externo entre o governo de Pernambuco e o Bird, com garantia da União, no valor de US\$ 39 milhões, para financiamento parcial do Programa de Combate à Pobreza Rural no estado. A matéria teve como relator o senador Roberto Freire (PPS-PE), que destacou a "importância social" do projeto de combate à pobreza desenvolvido pelo governo pernambucano.

Na mesma sessão, o Senado aprovou projeto de resolução que autoriza o estado de Minas Gerais a contrair empréstimo junto à Caixa Econômica Federal, no valor de R\$ 1,79 milhão, para financiar a execução do Programa Pró-Drenagem Urbana e Esgoto Sanitário, nos municípios de Campo Belo e Andradá. O projeto teve como relator o senador Francelino Pereira (PFL-MG).

Também foi aprovado pedido do governo mineiro para assumir o débito de natureza previdenciária de responsabilidade da empresa Minas Gerais Administração e Serviços (MGS), no valor de R\$ 23,89 mil. As matérias irão, agora, à promulgação.

PRECATÓRIOS



Antonio Carlos considera excepcionais os trabalhos do Senado durante o período de convocação e diz que desfecho da comissão não pode "toldar o momento vivido pela Casa"

CCJ dá palavra final sobre relatório

O plenário do Senado aprovou ontem à tarde requerimento apresentado pelo senador Geraldo Melo (PSDB-RN) e pelo PT, enviando à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) recurso sobre a decisão da CPI dos Precatórios que modificou o relatório do senador Roberto Requião (PMDB-PR) mediante a incorporação de votos em separado.

Após anunciar a decisão do plenário, Antonio Carlos Ma-

galhães disse que a CPI dos Precatórios aguardará a decisão da CCJ, quando então terá 48 horas para reunir-se a fim de atender à recomendação daquela comissão. Se acatar o recurso de Geraldo Melo e do PT, a CCJ decidirá que o relatório de Requião foi aprovado com votos em anexo. Se rejeitar o recurso, terá entendido que o relatório incorporou os votos em separado.

Os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Ney Suassu-

na (PMDB-PB) apoiaram o entendimento de Geraldo Melo, dizendo-se interessados nessa manifestação da CCJ, assim como o presidente do Senado. Antonio Carlos Magalhães afirmou que os trabalhos realizados durante a convocação extraordinária do Senado foram excepcionais, não podendo o desfecho da CPI toldar o momento vivido pela Casa.

Ele apelou ao bom senso dos líderes partidários para que o

recurso idealizado por Geraldo Melo e apresentado junto com o PT pudesse ser enviado à CCJ. "O importante é a instituição ficar cada vez mais fortalecida", argumentou. O presidente do Senado também informou que prestigiou em todos os sentidos o trabalho da CPI.

A presidência atendeu a todas as reivindicações da CPI e nenhuma diligência deixou de ser feita por falta de apoio dessa Mesa - disse.



Melo assinou o recurso à CCJ

Para Melo, conclusão não podia ter emenda

A maior parte da sessão plenária foi tomada por discussões dos senadores em torno do desfecho da CPI. Isso porque, no último dia 22, em reunião encerrada pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), a comissão aprovou o relatório do senador Roberto Requião (PMDB-PR), não permitindo, por seis votos a cinco, que se deliberasse sobre votos em separado.

No dia seguinte, entendendo que os trabalhos ainda não estavam concluídos, o presidente interino da CPI, Geraldo Melo (PSDB-RN), voltou a reunir a comissão, submetendo à deliberação nove votos em separado. Todos esses votos foram aprovados, emendando o relatório de Requião. Foi aí que Geraldo Melo discordou. No seu entender, os votos em separado teriam que ser apensados ao relatório de Requião, não tendo o poder de modificá-lo.

Recurso foi anunciado na sessão da manhã

Na sessão extraordinária da manhã de ontem, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) anunciou seu propósito de, juntamente com Roberto Requião (PMDB-PR), Vilson Kleinübing (PFL-SC), Romeu Tuma (PFL-SP) e Emília Fernandes (PTB-RS), levar à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) um recurso para que esta decida sobre a recusa da Mesa Diretora em receber o relatório final da CPI que ele tentara entregar.

Trata-se do relatório aprovado no dia 22, quando o presidente em exercício da comissão, Geraldo Melo (PSDB-



Suplicy: reunião foi regimental

RN), afastou-se do cargo, passando-o para Romeu Tuma, que também se retirou da condução dos trabalhos, encerrados por Suplicy. No dia seguin-

te a essa reunião, Suplicy tentou entregar esse relatório à Mesa Diretora do Senado, mas o presidente da Casa, Antonio Carlos, afirmou que os trabalhos da CPI ainda não estavam encerrados.

Suplicy disse que a TV Senado cancelou a transmissão da reunião no momento em que ele começou a presidir-la, por determinação do presidente da Casa. Por essa razão, ele queria saber quais os atos por ele praticados que "não poderiam ser vistos pela população de São Paulo".

Segundo Suplicy, no último dia 22, a CPI estava "integral e regimentalmente reunida", quan-

do aprovou o relatório final "e decidiu que os votos em separado apresentados seriam anexados ao relatório sem alterar seu conteúdo". Ele explicou que, concluída a votação, só restava encerrar a reunião e os trabalhos da CPI, o que foi feito pelo senador mais velho presente - ele próprio. Na opinião de Suplicy, no dia seguinte "forjou-se um motivo espúrio para reunir novamente a CPI, depois de regimentalmente extinta".

Em aparte, o senador Roberto Requião disse que a reunião do dia 23 da CPI foi "positiva, pois decidiu sobre matéria vencida", como o próprio senador Geraldo Melo teria reconhecido ao anunciar que submeteria seu desfecho à apreciação da CCJ. Para evitar a postergação das decisões da CPI, o relator convidou os senadores a acompanhá-lo em entrega do relatório ao procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, ontem à tarde.

Às 15h, Roberto Requião, Eduardo Suplicy, Vilson Kleinübing e Emília Fernandes foram ao Ministério Público para entregar ao procurador-geral substituto Haroldo Ferraz da Nóbrega o relatório aprovado na reunião do dia 22.

Antonio Carlos recorre ao Regimento

Em resposta ao senador Eduardo Suplicy (PT-SP), o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse ontem que, em relação à interrupção das transmissões diretas das atividades da CPI dos Precatórios pela TV Senado, "a presidência agiu de acordo com o art. 186 do Regimento, que autoriza a divulgação dos fatos pelos meios próprios do Senado. Se ela autoriza, evidentemente, pode suspender".

Como Suplicy disse querer ter acesso às gravações da sessão em que ele, no exercício da presidência da CPI, encerrou os trabalhos, Antonio Carlos Magalhães garantiu que, quando Suplicy julgar conveniente e o Senado o desejar, "mostrarei as imagens que foram tomadas e que por mim foram suspensas". Assim, acrescentou, o plenário poderá "julgar se o ato da Mesa foi certo ou não, ao suspender a divulgação".

Quanto às divergências sobre

a votação do relatório final da CPI, Antonio Carlos Magalhães salientou que, em conversa com o próprio Suplicy, sugeriu que a CCJ fosse ouvida, como subsídio a parecer da presidência sobre o assunto ou a decisão do plenário do Senado.

O presidente do Senado também frisou que, ao final de uma "exitosa convocação extraordinária, ninguém pode toldar a beleza do trabalho realizado pela instituição".

PRECATÓRIOS



Líder do PMDB defende prerrogativa de emendar relatório. Esperidião Amin não queria encerrar trabalhos da comissão

Jáder apóia exame pela CCJ dos episódios finais da CPI

O senador Jáder Barbalho (PMDB-PA) manifestou ontem apoio à proposta de enviar à CCJ "os episódios finais da CPI dos Precatórios", para que ela defina se os procedimentos foram regimentais, legais e corretos.

Para ele, o que está em debate é saber "se era possível ou não emendar o relatório final". Jáder considera o relatório uma proposta "a ser submetida à apreciação do conjunto da comissão". Segundo ele, "é incompreensível, esquisita e antidemocrática a posição de impedir a apresentação de emendas, tomada por uma maioria eventual".

Outro argumento do senador foi o de que o relator apresentou diversas versões, erratas e separatas do relatório,



Jáder: por que não emendar?

ou seja, pôde emendar à vontade. "Por que os outros membros da CPI não poderiam também fazê-lo?", questionou. No dia 22, disse Jáder, o relator distribuiu uma separata contendo "breves alterações redacionais".

Com 29 páginas, a separata teria apresentado a retirada das qualificações de "omisso" e "convincente" com as irregularidades com títulos públicos, em

relação ao ex-prefeito Paulo Maluf; das acusações de "maior escândalo de todas as operações" e "estelionato", feitas ao governo de Pernambuco; e de duas páginas e meia contra o procurador-geral do estado de São Paulo.

Jáder Barbalho informou ter apresentado voto em separado, "sem propor a retirada de nenhum nome", incidindo apenas sobre "adjetivações".

Em aparte, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) perguntou por que ele não pediu a leitura da separata antes de votá-la com o relatório. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) também registrou que o senador deveria ter solicitado a leitura e sugeriu que, após a CPI, o Senado "redija melhor o Regimento Interno".

Júlio Campos prega mudança dos índices para reforma agrária

A revisão dos índices propostos pelo Inera para a medição da produtividade da terra em relação às culturas agrícolas foi pedida pelo senador Júlio Campos (PFL-MT), por considerar que os critérios adotados não levaram em consideração o sistema específico de produção de cada região e não podem ser atendidos pela maioria dos produtores nacionais.

"Não discordamos da necessidade de se redefinirem, para as diversas culturas, os patamares mínimos de produtividade que servem para enquadrar uma propriedade rural como produtiva ou improdutiva. Nossa cobrança é no



Júlio Campos: índice para poucos sentido de que esse processo atenda critérios técnicos e exigências do bom senso - afirmou.

Na opinião de Júlio Campos, não seria lógico que se estabelecesse como patamar mínimo de produtividade um índice que não é atingido senão por uma pequena parcela dos produtores.

Para Gilvam, governo do Amapá despreza recursos

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) disse que o governo do Amapá está desprezando recursos federais que, a seu ver, seriam indispensáveis ao implemento de programas sociais voltados para a população.

Gilvam informou que, "por razões desconhecidas", o governo estadual teria deixado de aplicar R\$ 800 mil em programas de qualificação de mão-de-obra profissional. Desse total, foram gastos somente R\$ 570 mil e o restante devolvido ao ministério,



Gilvam: razões desconhecidas esclareceu.

- A atitude do Executivo amapaense somente poderá ser qualificada de irresponsável, vergonhosa e profundamente lamentável - disse.

Abdias recrimina abandono dos Cieps no Rio de Janeiro

O senador Abdias Nascimento (PDT-RJ) afirmou que a extinção do Programa Especial de Educação e a conseqüente desativação de Cieps pelo governo do Rio de Janeiro resultaram "num escandaloso desperdício de recursos", que ultrapassou R\$ 30 milhões, segundo reportagem publicada no mês de maio passado pelo jornal *O Globo*.

- Um país como o Brasil não pode dar-se ao luxo de

tamanho desperdício. Mais que um resultado das rivalidades e ciúmes políticos, a extinção do Programa Especial de Educação e o abandono dos Cieps são emblemáticos de uma mentalidade que enxerga no pobre - quase sempre negro - um ser inferior, que por isso merece uma educação igualmente inferior, destinada a mantê-lo no seu lugar - afirmou.

Amin pensou em estender trabalhos por mais 15 dias

Nos debates que antecederam a decisão de enviar à CCJ a decisão sobre a CPI, o senador Esperidião Amin (PPB-SC) sugeriu a prorrogação dos trabalhos da comissão por 15 dias:

discutido à luz dos fatos", argumentou.

Amin explicou que a decisão de aprovar os votos em separado um dia depois da reunião em que Eduardo Suplicy (PT-SP) deu por encerradas as atividades da CPI só depõe contra a imagem do Senado. Ele argumentou que a prorrogação permitiria à comissão dar um desfecho melhor aos seus trabalhos. "Podemos fazer igual ao que fizemos nos dias 22 e 23, fazer pior é impossível", disse.

Esperidião Amin assinalou que, durante sete meses, com uma inédita cobertura da imprensa e com a TV Senado transmitindo depoimentos históricos, a CPI dos Precatórios teve a atenção da sociedade brasileira, "prestando serviços inestimáveis ao

Brasil". Lembrou também que as investigações da comissão desvendaram para a Polícia Federal e a Receita Federal maquinações e artifícios de sonegação de impostos inimagináveis. E concluiu que as reuniões finais realizadas nos dias 22 e 23 de julho pela CPI constituem "uma decepção profunda para a sociedade brasileira".

Em aparte, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) disse que prorrogar os trabalhos de uma comissão já encerrada é impossível, assim como é impossível voltar a discutir assuntos já vencidos. "Se prorrogarmos por 15 dias os trabalhos dessa CPI, nos bares e barbearias se dirá que vem aí mais uma pizza e, dessa vez, requentada", acentuou.



Amin: sociedade esteve atenta

"Se a CCJ vai receber o relatório da CPI para examinar é porque os trabalhos da CPI ainda não acabaram. Minha sugestão é a prorrogação por 15 dias, para que o relatório seja

Presidente da Comissão de Orçamento anuncia que analisará versão final da Lei de Diretrizes Orçamentárias

Suassuna fará balanço sobre vetos presidenciais à LDO

O presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), Ney Suassuna (PMDB-PB), anunciou ontem que solicitará à assessoria uma nota técnica sobre todos os vetos apostos pelo presidente da República à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), publicados no *Diário Oficial* de ontem.

A nota será enviada ao presidente do Congresso, Antonio Carlos Magalhães, e distribuída a todos os parlamentares, como subsídio à análise e deliberação do Congresso sobre os vetos.

A medida foi determinada por Suassuna em resposta a solicitação feita pelo deputado Sérgio Miranda (MG), que



Ney Suassuna

avaliou os vetos presidenciais como um desrespeito à comissão e ao Legislativo. Segundo o deputado, os parlamentares da CMO discutiram exaustivamente a proposta de LDO com representantes do próprio governo.

Na reunião de ontem de manhã, a Comissão Mista de Or-

çamento discutiu dois projetos de lei. Pelo primeiro, o Executivo solicita a abertura, no orçamento fiscal, de crédito suplementar no valor de R\$ 621 milhões em favor de Operações Oficiais de Crédito, recursos sob supervisão do Ministério da Fazenda.

O outro projeto também abre o orçamento fiscal para a concessão de crédito especial, no valor de R\$ 103,34 bilhões, ao Ministério da Fazenda, na rubrica Encargos Financeiros da União, relativos ao refinanciamento da dívida mobiliária e contratual dos estados que assinaram protocolo de ajuste fiscal com o governo federal.



Bezerra elogia manual

Arroz terá zoneamento em Mato Grosso

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) destacou a importância que terá para a economia de Mato Grosso a iniciativa do Ministério da Agricultura de fazer publicar um manual de zoneamento agrícola para a cultura do arroz naquele estado. Na opinião do senador, o manual representa "um instrumento efetivo para o aumento de produção e produtividade do arroz na região".

Para o senador, a iniciativa deve ser ampliada, com a destinação de mais recursos para pesquisas. Conforme explicou, o manual visa reduzir os riscos típicos dessa atividade agrícola, oferecendo orientações quanto aos períodos de plantios mais favoráveis por município e tipo de solo, de modo a evitarem-se as adversidades climáticas. Por outro lado, identifica as regiões de menor e maior risco climático à cultura do arroz de sequeiro em Mato Grosso.

O manual do Ministério da Agricultura terá grande utilidade para o produtor rural mato-grossense, contribuindo para evitar perdas em razão da ocorrência de seca e outros eventos climáticos prejudiciais ao empobrecimento do agricultor, os quais acabam tendo reflexos negativos no abastecimento e nos preços dos produtos agrícolas - afirmou.

Jornal deixa de circular e Pedro Simon culpa governo

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) lamentou ontem que o semanário *7 Dias*, editado em Brasília, tenha parado de circular. Ele responsabilizou o governo por ter causado, "deliberadamente", as dificuldades financeiras que levaram os responsáveis pelo jornal a suspenderem a sua circulação:

- Há três meses vim a esta tribuna protestar contra declarações do porta-voz do Palácio do Planalto, que havia recomendado às empresas estatais para que elas não anunciassem em jornais que criticas-



Simon denuncia "asfixia econômica"

sem o governo, numa clara alusão à postura independente e crítica do *7 Dias*.

Para Simon, ainda que no atual período não exista censura à imprensa, "não resta a menor dúvida de que foi a prática da asfixia econômica, co-

mum na época do regime militar, que inviabilizou o jornal". Simon lembrou que o atual presidente da República foi um dos que mais colaborou com a imprensa alternativa "naquela fase difícil da vida do país".

O líder do PFL, Hugo Napoleão (PI), e Francelino Pereira (PFL-MG) solidarizaram-se com Simon. No entanto, eles discordaram quando o orador disse que os liberais do PFL sempre se omitiram quando um jornal alternativo era fechado pela ditadura.

Simon esclareceu que não dirigia sua crítica a ninguém, especificamente, e que o PFL não tinha o monopólio do liberalismo.

Marina: CNN retratará Amazônia

A Rede Amazônica de Televisão fechou acordo com a rede de televisão norte-americana CNN para transmitir reportagens produzidas por jornalistas brasileiros sobre a Amazônia. A informação foi transmitida ao plenário pela senadora Marina Silva (PT-AC).

- Isso é importante para o Brasil, pois a Amazônia estará sendo mostrada ao mundo pela visão de jornalistas que moram na região. Até hoje, a maior parte do que se mostra ao mundo sobre a região amazônica tem a ótica de quem está do lado de lá - disse.

Marina Silva lembrou que a

CNN transmite sua programação para 144 países, contando com uma estrutura que movimenta em todo o mundo 29.519 jornalistas. O senador Jefferson Péres (PSDB-AM) também congratulou a Rede Amazônica de Televisão pelo acerto com a CNN.



Benedita: modelo não agrada

Benedita crê em manifestações pacíficas, hoje

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) acredita que serão tranqüilas as manifestações programadas para hoje em todo o país, pelo Dia Nacional de Luta pela reforma agrária e pelo fim da violência, da injustiça social e da impunidade no campo e na cidade.

A manifestação, observou a senadora em discurso ontem, mostrará a "profunda insatisfação" de parte da sociedade com o modelo político e econômico do governo.

- Enquanto o governo engorda os cofres com as privatizações e investe bilhões na saúde do sistema financeiro, não destina mais que ninharias para o bem-estar da nossa população, doente, analfabeta e empobrecida - disse Benedita da Silva.

Direito a creche para homens

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) defendeu ontem projeto de sua autoria que estabelece a obrigatoriedade de as empresas com mais de 30 trabalhadores acima de 16 anos terem local apropriado para os filhos dos funcionários durante o período de amamentação até os seis anos, sendo garantida a manutenção de assistência técnica e educacional.

Segundo a senadora, a Constituição de 1988 prevê o direito à creche, no local de trabalho, apenas para as trabalhadoras mulheres. Na opinião de Benedita, a creche e a pré-escola constituem um direito da criança à educação e um direito dos pais trabalhadores de compartilharem a educação de seus filhos com equipamentos sociais.

Cerca de 40 milhões de cidadãos não têm a quem recorrer quando não são atendidos pelas empresas contratadas para lhes garantir tratamento médico, acusa o senador, que condena também a publicidade enganosa

Jefferson quer controle sobre plano de saúde

Marluce Pinto aponta privilégio do Sudeste

A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) citou ontem estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) que mostram uma "realidade assustadora" em relação à concentração de renda brasileira. Segundo ela, o documento verifica que, dos R\$ 73,4 milhões que investidores privados têm programado para aplicar até 2000, 64,3% irão para o Sudeste; 17,6% para o Nordeste; 7,5% para o Norte e 1,2% para o Centro-Oeste.



Marluce: Sudeste sempre à frente
- Outros números mostram um passado nada diferente, no qual, dos investimentos estrangeiros realizados no Brasil entre 1987 e 1995, 89% foram aplicados no Sudeste - reclamou Marluce.

Marina denuncia ameaça a prefeito

A senadora Marina Silva (PT-AC) informou ao plenário ter pedido ao ministro da Justiça, Iris Rezende, proteção para o prefeito de Xapuri (AC), Júlio Barbosa, primo de

Chico Mendes, que sofre ameaças, segundo ela.

Marina responsabiliza o presidente da Câmara, funcionário do Ibama, contra quem "existem denúncias de convivência com desmatamentos irregulares, em parceria com os familiares do assassino de Chico Mendes". Ela citou ainda "setores do PMDB e do PPB, inconformados com a vitória" do prefeito do PT, como membros da "orquestração" destinada a perseguir o prefeito.



Marina: prefeito em perigo

Francelino registra obra em rodovia

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) anunciou ontem que, no próximo dia 4 de agosto, estará em Itumbiara (GO), participando da primeira audiência pública pela duplicação de trecho da rodovia Goiânia-Minas-São Paulo, promovida pela Comissão Especial do Senado pelo Desenvolvimento do Corredor Centro-Leste.

Francelino informou que, além dos governadores de Goiás, Maguito Vilela, e de Minas Gerais, Eduardo Aze-

redo, as presenças dos ministros do Planejamento, dos Transportes e da Justiça são uma clara indicação do interesse das autoridades federais e dos dois estados pela obra.



Francelino: presenças ilustres

O senador Jefferson Péres (PSDB-AM) defendeu ontem que o Congresso e o governo federal adotem medidas amplas e urgentes para proteger quem depende dos serviços privados de saúde. Na opinião dele, "por absoluta falta de regulamentação", 40 milhões de usuários não têm a quem recorrer quando descobrem que o plano comprado é bem diferente daquele que lhes foi vendido, "por obra e graça da propaganda enganosa".

Para o senador, a ausên-



Jefferson: propaganda enganosa
cia de um sistema público de saúde não pode ser suprida pelo mercado privado.

Jefferson Péres disse que as mensalidades dos planos e seguros de saúde subiram até 160% entre janeiro de 1995 e junho último, período em que

amplas categorias de trabalhadores tiveram seus proventos congelados.

Ele destacou entrevista do deputado José Aristodemo Pinotti (PMDB-SP) à revista *IstoÉ*, em que aponta um poderoso lobby parlamentar bloqueando a tramitação de projetos de regulamentação dos planos e seguros de saúde que, por essa razão, estão parados na Câmara dos Deputados quatro anos depois de já terem sido aprovados pelo Senado Federal.

Tuma pede ação do Senado na crise da segurança pública

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) pediu ontem ao Senado que, como representante da Federação no Parlamento, não fique alheio à situação da segurança pública no país, particularmente à dos policiais civis e militares.

Sem entrar no mérito sobre se policiais podem ou não participar de movimentos grevistas, o senador salientou que eles tiveram seus salários reduzidos a níveis baixíssimos, além de enfrentarem processo de degradação funcional que, no caso dos policiais ci-

vis, afastou-os de suas atividades, eminentemente judiciais.

A solução de enviar tropas do Exército aos estados, na opinião de Tuma, é paliativa, pois as Forças Armadas não estão preparadas para o policiamento das ruas, nem para o combate rotineiro à criminalidade.

Para Tuma, o atual quadro das polícias civis e militares "talvez decorra da falta de interesse dos governos pela segurança pública, uma das bases do edifício democrático".



Tuma: salários baixíssimos

Não é à toa, lembrou, que os líderes da Revolução Francesa, em decálogo sobre seus objetivos, cuidaram de inscrever a segurança pública como garantia da concretização de seus princípios democráticos.

Bezerra espera do governo solução definitiva para estados

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) informou ontem que, após reunião das bancadas federais de Mato Grosso e Goiás com o presidente da República, na quarta-feira, "sentiu-se mais aliviado", pois Fernando Henrique Cardoso mostrou-se sensível à situação dos estados. Conforme explicou, o presidente anunciou já ter "algumas soluções equacionadas para os estados que cumpriram à risca o programa de ajuste fiscal do governo federal".

Outro "alento" resultante da

reunião, informou, foi a decisão de iniciar a construção da hidrovía Teles Pires-Tapajós, "de importância fundamental para os estados de Mato Grosso, Pará e Amazonas, para integrar toda aquela região".

Bezerra afirmou que, frente à herança de centralização política e administrativa, a União faz parte da crise dos estados. Daí estar confiante em que as soluções em estudo na Presidência da República sejam definitivas, e "não, novamente, uma meia-sola".

Os acordos feitos até agora

entre estados e União, segundo o senador, levaram a reformas administrativas profundas e privatizações, sem que os estados conseguissem viabilizar-se.

Carlos Bezerra concordou integralmente com o senador Ramez Tebet (PMDB-MS), que o apartou para defender a idéia de que o Senado se coloque como principal interlocutor de um pacto federativo. "O país nunca esteve tão próximo e tão necessitado desse pacto", frisou Tebet.

Combate a entorpecentes e ingresso do país em organismo internacional estão entre as matérias acolhidas pela comissão

CRE aprova acordos externos e indicação de embaixadores

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, presidida pelo senador José Sarney (PMDB-AP), aprovou ontem pareceres favoráveis a duas mensagens presidenciais de indicação de embaixadores. O diplomata Bassul Athuil Netto deverá exercer a missão na República de Camarões, e o diplomata Luciano Ozorio Rosa, na Hungria. As mensagens de indicação serão submetidas ainda ao plenário do Senado. A comissão acolheu tam-



Bassul, na reunião presidida por Sarney

bém pareceres favoráveis dos senadores José Bianco (PFL-RO) e Casildo Maldaner (PMDB-SC), respectivamente, a textos de acordos firma-

dos entre o Brasil e o Paraguai sobre atividades remuneradas exercidas por dependentes do pessoal diplomático, e ao que permite o ingresso do Brasil no Comitê do Aço da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Foi aprovado, também, parecer favorável ao texto do acordo assinado entre o Brasil e a África do Sul sobre cooperação e assistência mútua na área do combate à produção e ao tráfico ilícito de entorpecentes e substâncias psicotrópicas, e assuntos correlatos.

Abdias vê Brasil mais próximo a africanos

O senador Abdias Nascimento (PDT-RJ), que representou o Senado na reunião do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), elogiou ontem a nova postura oficial do Brasil em relação aos países da África.

Abdias Nascimento disse que a reunião, realizada recentemente em Salvador, "atesta, se não a radical mudança, ao menos um sinal significativo de que novos ventos estão soprando sobre as cabeças dos formuladores da política externa brasileira em relação à África".

Uma das novidades do encontro de Salvador, destacou

o senador, foi a apresentação, pelo Brasil, de uma pauta de propostas concretas de cooperação para o desenvolvimento de seus parceiros africanos. Abdias Nascimento disse que a pauta apresentada pelo Brasil é composta de 10 projetos a serem desenvolvidos nas áreas de saúde, educação, agricultura, formação de recursos humanos, modernização administrativa e segurança alimentar, envolvendo recursos de US\$ 3 milhões.

Abdias Nascimento informou que, durante a reunião, o ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, foi eleito presidente do Conselho de Ministros da CPLP, tendo ressaltado que esse organismo deve se tornar um instrumento de ação diplomática capaz de auxiliar os países-membros na defesa de interesses comuns no cenário internacional.

Participaram do encontro representantes de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, além do Brasil, o anfitrião.



Abdias anuncia "novos ventos"



Jucá: impedimento anacrônico

Para Jucá, reitores devem ter o direito de se reeleger

O senador Romero Jucá (PFL-RR) apresentou ontem projeto de lei que permite aos atuais reitores e diretores de departamentos universitários serem reeleitos para o cargo.

Ele entende que restrição imposta pela atual legislação configura "uma exceção discriminatória contra os bons dirigentes universitários que ficam impedidos de continuar prestando bons serviços à entidade que hoje comandam".

Na opinião do senador, "é inconcebível que se mantenha dispositivo tão anacrônico na legislação que trata da escolha dos reitores e diretores de departamentos".



Joel de Hollanda destacou o estande da Casa no evento cultural realizado em Pernambuco

Feira do livro leva Senado a Recife

O senador Joel de Hollanda (PFL-PE) destacou ontem a realização da I Feira Internacional do Livro de Pernambuco, ocorrida no mês passado, em Recife. Ele disse que a feira teve como objetivo consolidar o intercâmbio cultural e profissional entre os países de língua portuguesa, além de reforçar o incentivo à indústria do livro no Brasil e fomentar o mercado editorial no Nordeste.

Hollanda afirmou que "foi muito auspicioso deparar, na I Feira Internacional do Livro de Pernambuco, com a presença do Congresso, representado

pelo estande montado e coordenado pelo Senado".

Ele destacou que o estande do Senado na feira expôs, entre outras publicações, a cópia da ata da primeira sessão preparatória da Casa, de abril de 1826, do termo de posse do presidente Juscelino Kubitschek e a cópia das cartas de renúncia de Jânio Quadros e Fernando Collor de Mello.

Estavam também disponibilizados ao público disquetes contendo as diversas Constituições já adotadas pelo país e o CD-ROM *Legislação Brasileira*, informou.

Senadores participam de homenagem a João Pessoa

Os senadores Humberto Lucena, Ronaldo Cunha Lima e Ney Suassuna, todos do PMDB da Paraíba, deverão representar amanhã o Senado na solenidade de traslado dos restos mortais do ex-governador João Pessoa, da cidade do Rio de Janeiro para

a capital paraibana.

A solenidade terá início com a celebração de missa pelo arcebispo dom Marcelo Pinto Cavalheiro e, logo em seguida, uma comitiva se deslocará para o aeroporto a fim de receber as cinzas do ex-governador e esposa.

Coopersefe entrega prédio em Águas Claras

Solenidade para a entrega de mais um edifício residencial construído sob a administração da Coopersefe (Cooperativa Habitacional dos Servidores do Senado Federal) será realizada no dia 2 de agosto, sábado, a partir das 10h, em Águas Claras.

O diretor-presidente da cooperativa, José Afonso Jácomo, informou que o novo prédio tem 48 apartamentos de

três quartos, com área privativa de 148 m², além de garagem. "O cronograma físico-financeiro da instituição assegura a entrega dos oito edifícios restantes nos prazos já estabelecidos", garantiu.

O primeiro edifício foi entregue em dezembro de 1996 e mais um, esse com 160 m² de área privativa, ficará pronto em outubro próximo, segundo José Afonso.

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, JOEL DE HOLLANDA, EPTÁCIO CAFETEIRA E CARLOS PATROCÍNIO E PELA SENADORA JÚNIA MARISE